



EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

SOFRIMENTO PSÍQUICO NA TOTALIDADE SOCIAL CAPITALISTA: experiências de mulheres

PSYCHIC SUFFERING IN THE CAPITALIST SOCIAL TOTALITY: women's experiences

Tahiana Meneses Alves¹

RESUMO

A comunicação tem como objetivo analisar as experiências de mulheres com o próprio sofrimento psíquico. A pesquisa foi de caráter qualitativo e utilizou como técnica de recolha de informações a entrevista de história de vida com dez usuárias de um serviço de saúde mental em um município do nordeste brasileiro. A análise das entrevistas ocorreu fundamentada no método do materialismo histórico-dialético e mediada pela Teoria da Reprodução Social. O sofrimento psíquico foi atribuído a conflitos na família; à vida amorosa; à pobreza e seus desdobramentos; à regulação do corpo feminino; às múltiplas violências sofridas. Analisar a saúde mental a partir de uma totalidade capitalista-patriarcal-racista pode contribuir para políticas sociais, trabalhadores e gestores da saúde mental, envolvendo diretamente usuárias/os e familiares.

Palavras-chave: Saúde Mental; Mulheres; Capitalismo.

ABSTRACT

The communication aimed to analyze the experiences of women with their own psychic suffering. The research was qualitative and used the life history interview with ten users of a mental health service in a city in northeastern Brazil as an information collection technique. The analysis of the interviews was based on the method of historical-dialectical materialism and mediated by the Theory of Social Reproduction. Psychic suffering was attributed to conflicts in the family; to love life; to poverty and its consequences; to female body regulation; to the multiple violence suffered. Analyzing mental health from a capitalist-patriarchal-racist totality can contribute to social policies, workers and mental health managers, involving users and families.

Keywords: Mental Health; Women; Capitalism.

¹ Assistente Social e Mestre em Políticas pela UFPI. Doutora em Sociologia pela Universidade do Minho. Doutoranda em Serviço Social pela UFRJ. Email: menesestahiana@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O estudo analisa as experiências de mulheres quanto ao próprio sofrimento psíquico. O contexto mais amplo onde se desenrolam essas experiências é o da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB). Esta é um processo social complexo, que ocorre no país desde a década de 1970, numa conjuntura de redemocratização, no sentido de romper com o modelo tradicional de assistência em saúde mental (AMARANTE, 2013) – predominantemente hospitalocêntrico, de isolamento, biologizante/medicamentoso e cronificador.

Os direcionamentos realizados pelo paradigma reformista e desinstitucionalizante descortinam a complexidade do campo da saúde mental. Este reúne, para além das determinações biológicas – priorizadas por setores da psiquiatria atualmente –, determinações sociais, econômicas, culturais, etc. Pessoas em sofrimento psíquico devem ser vistas na sua integralidade, para além da doença em si e dos sintomas. O sofrimento não é algo reduzido ao indivíduo, mas é atravessado por relações sociais hierárquicas de classe, raça e gênero em suas articulações que sustentam a totalidade capitalista. Foi dessa perspectiva que analisamos as experiências de sofrimento psíquico entre mulheres, tentando apreender a dialética entre universal, particular e singular sob a chave da categoria totalidade como um dos pontos principais no método em Marx (MORAES, 2021). Tentamos entender, portanto, como condições estruturais se fazem presentes na constituição do sofrimento psíquico.

A pesquisa teve caráter qualitativo. A técnica de recolha de informações foi a entrevista de história de vida, que permite captar a relação dialética entre o universal e o singular (FERRAROTI, 1993). Foram entrevistadas dez mulheres desde os critérios de inclusão: ter a partir de dezoito anos; ter sido diagnosticada com transtorno mental e realizar tratamento em saúde mental há, pelo menos, doze meses; estar em condições de dialogar; participação voluntária. O local de acesso às entrevistadas foi um Centro de Atenção Psicossocial num município do nordeste do Brasil. Todas pertenciam às classes trabalhadoras. Possuíam renda familiar de até 3 salários mínimos e a maioria possuía baixa escolaridade. Variavam quanto à cor da pele autodeclarada (a maioria, negras), à idade (entre 28 e 56 anos), à ocupação (trabalhadoras domésticas, donas de casa, zeladoras, faxineiras, assistentes administrativas, bordadeiras), à religiosidade (católicas, evangélicas, espíritas, umbandistas, sem religião), ao

estatuto conjugal (casadas, em união estável, separadas, namorando, solteiras), à composição familiar (sem filhos ou com até sete filhos), à orientação sexual (heterossexuais e homossexuais).

Cada entrevistada teve acesso e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado sob o protocolo de nº. 2.311.181 pelo comitê de ética da universidade da região onde foi realizado por estar em conformidade com as exigências do Conselho Nacional de Saúde.

2 TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: SUPORTE ANALÍTICO

Para compreender e interpretar as experiências das mulheres com o sofrimento psíquico, recorreremos ao suporte da Teoria da Reprodução Social (TRS). Esta surgiu no século XXI, portanto, está ainda em desenvolvimento e sendo gradualmente conhecida, inclusive no Brasil. Possui base marxista e dá continuidade ao que algumas feministas marxistas como Lise Vogel (2013) vinham sistematizando desde as décadas de 1970 e 1980: o argumento central de que a produção de bens e serviços (de mercadorias e, portanto, de valor) no âmbito da economia formal e a produção da vida (de pessoas) fora da economia formal constituem duas faces de um mesmo processo. Não promovem uma dicotomia na qual uma se localiza na base econômica e a outra na superestrutura política, mas compõem a totalidade social como síntese de múltiplas determinações (BHATTACHARYA, 2019; MORAES, 2021; RUAS, 2021). A TRS esforça-se para direcionar a teoria social de Marx na compreensão das relações econômicas e “extraeconômicas”. Busca entender como relações de opressão de gênero e de raça são produzidas de forma simultânea e imbricada à produção de mais-valia (MORAES, 2021). Reconhece que cada relação tem suas especificidades, mas, na realidade concreta, não há como separá-las ou hierarquizá-las.

A TRS parte, portanto, de uma perspectiva unitária das relações sociais sob o capitalismo – este é um complexo de relações de exploração, dominação, opressão e alienação que se associam de forma integrativa, ontológica. Todas estão subordinadas à lógica do valor (RUAS, 2021). Formam uma unidade diversa, dialética, uma totalidade que subverte a maioria das coisas em mercadoria visando o lucro. Capitalismo, racismo e patriarcado constituem, assim, um único sistema de dominação-exploração (ARRUZZA, 2015). O processo de acumulação

primitiva do capital está organicamente relacionado com o patriarcado e o racismo. Eventos históricos como a separação dos trabalhadores camponeses dos meios de produção, a urbanização das cidades, a caça às bruxas na Europa, os genocídios indígena e negro na “descoberta” do “novo mundo” e o trabalho escravizado foram partes de um mesmo processo (ARRUZZA, 2015; FEDERICI, 2017).

Um ponto importante do processo de consolidação do capitalismo é que este separou “lugar de produção” e “família”. Claro que isso aconteceu de modo particular nos vários países, mas, de modo geral, com a expropriação de terras, a família patriarcal deixou de estar relacionada diretamente com a esfera da produção e foi relegada ao âmbito privado, passando a ser responsável pela esfera da reprodução (biológica e social) (ARRUZZA, 2015). No interior dessa nova configuração de família, às mulheres foi relegado o trabalho reprodutivo privado (FEDERICI, 2017). E isso até hoje é fundamental para a reprodução do sistema como um todo. Neste, quase tudo é submetido à mercadorização, sendo a força de trabalho a mercadoria mais importante. É a única que gera mais-valor e produz todas as outras mercadorias. Mas aqui entra um questionamento fundamental da TRS:

Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista [...] a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade, ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local baseado em laços de parentesco chamado família. (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

O trecho acima expressa a reprodução social como a manutenção e a reprodução da vida em nível diário e geracional, tal como concebe a TRS. Diz respeito à forma como o trabalho necessário (físico, emocional e mental) para produzir a população é organizado socialmente: quem gesta e dá à luz, amamenta, prepara a comida, educa os jovens, cuida dos idosos e dos doentes, realiza os afazeres domésticos e como são organizadas as questões de sexualidade (ARRUZZA, 2015). A TRS amplia, portanto, a categoria trabalho dentro da tradição marxista, pois considera tão importante quanto o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo:

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que

estão fora do processo de produção – isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução dos trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

Segundo a autora, tais atividades formam a base do capitalismo. São realizadas sem cobrança alguma para o sistema, sobretudo por mulheres, nos lares e nas comunidades através do trabalho doméstico não remunerado. E são tarefas “não-materiais” ou “extraeconômicas” apenas na aparência, já que estão por trás da produção e da reprodução da vida. Mesmo que não produzam valor diretamente, são fundamentais para a exploração de mais-valia. Mas vale destacar, adverte Arruzza (2015), que a noção de reprodução social é mais ampla que a de trabalho doméstico gratuito porque também engloba práticas sociais e tipos de trabalho que vão além das paredes dos lares. Uma parte do trabalho de reprodução social vem das relações familiares, mas outra vem do mercado e do Estado em troca de um salário. Basta pensar na esfera dos serviços privados ou públicos em hospitais, escolas, asilos, orfanatos, no setor alimentício ou da limpeza, do trabalho doméstico remunerado, entre outros.

Nessa perspectiva, o capitalismo é uma ordem social que mescla exploração e opressão. Para extrair mais-valia, precisa dominar/oprimir por intermédio do gênero, da raça, da sexualidade. Na realidade concreta, domina/oprime os corpos de mulheres (muitas delas negras), de pessoas negras, de imigrantes, daqueles/as que produzem e são explorados/as diretamente e tantos/as outros/as. É possível visualizar no cotidiano a divisão sexual, racial e internacional do trabalho. Nela, o trabalho de reprodução tem seu valor rebaixado além de ser ocultado como parte da base material do sistema. Isso faz parte da estratégia capitalista de ter o mínimo de ônus. Seja através do trabalho doméstico gratuito ou do trabalho mal remunerado, é conveniente para o capital manter a exploração/dominação/opressão sobre as mulheres porque são elas quem majoritariamente produzem a força de trabalho a ser explorada pelo capital.

Enquanto atividade humana prática que sustenta o sistema, o trabalho é corporificado (racializado e generificado). Mesmo que o racismo ou o patriarcado existam como totalidades parciais, estão ontologicamente integrados com as outras partes e o todo, que é o sistema único capitalista (MORAES, 2021; RUAS, 2021). Como aponta Ruas (2021), o capitalismo como uma abstração não existe de fato. Apenas existe o capitalismo racializado e patriarcal. Entendemos que, quanto mais intensa a extração de mais-valia, mais intensas serão as opressões de gênero

e raça. A superação do capitalismo passa pela superação do patriarcado e do racismo e vice-versa.

Depois dessa breve exposição com base na TRS, voltemos ao objeto de estudo: experiências de mulheres com o sofrimento psíquico. Partilhamos da ideia de que a saúde mental é amplamente atravessada por determinações variadas (biológicas, psicológicas, sociais), apesar de o discurso com mais autoridade a respeito da matéria – a psiquiatria hegemônica de cunho biologizante – enfatize a “química” dos processos mentais. Sob essa perspectiva, não há (ou se há, não é considerada na sua devida importância), uma causa social sistêmica que esteja por trás do adoecimento. Contrariando esta tendência, concordamos com Fisher (2020) quando o autor afirma que o capitalismo é essa causa social sistêmica. O aumento de transtornos psiquiátricos no capitalismo pós-fordista não ocorre apenas porque a ciência diagnóstica com mais precisão o que antes “passava em branco” por falta de conhecimento suficiente.

O aumento está relacionado também com as políticas e a cultura egoísta desse capitalismo neoliberalizado. É um sistema que privatiza tudo, inclusive o sofrimento. É muito mais interessante o culpabilizar o indivíduo (“se você não está bem é por conta das reações químicas do seu cérebro”) e ainda lucrar com isso via indústria farmacêutica (“podemos te curar com nossos medicamentos”). É urgente repolitizar a saúde mental (idem, p. 66-67). É desse ponto que partimos para argumentar como a saúde mental de mulheres tem sido profundamente prejudicada nesse capítulo ultraneoliberal e ultraneconservador do capitalismo contemporâneo. No próximo item, veremos como o sofrimento psíquico tem relações com o trabalho de reprodução social direcionado sobretudo para as mulheres.

3 TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES

O estudo teve como pergunta de partida: “como mulheres explicam o próprio sofrimento psíquico?”. A ideia foi, com base no psiquiatra italiano Basaglia, colocar a doença “entre parênteses” para se ocupar do sujeito e sua experiência (AMARANTE, 2013). A partir das histórias de vida, identificamos que todas as entrevistadas reconheceram vivenciar um sofrimento persistente, mas nem todas reconheceram a existência de uma doença e,

consequentemente, o marcador biomédico que é o diagnóstico psiquiátrico. Independente de considerarem ou não doença, a maioria atribuiu uma ou mais “causas” à sua condição. Essas concepções etiológicas, geralmente entrelaçadas, tiveram relação com o “mundo social”, englobando acontecimentos e interações das vidas cotidianas das mulheres. Percebemos a presença de relações hierarquizadas de gênero, classe e raça. Nosso esforço foi o de captar a dialética entre o indivíduo e a sociedade a partir das experiências singulares de cada entrevistada.

3.1 CONTEXTO FAMILIAR

O contexto da família surgiu nos relatos de entrevistadas associado com o sofrimento psíquico. Foram descritas situações relativas ao relacionamento entre mães e filhas/os. No geral, elas se chocaram com um “dispositivo materno” (ZANELLO, 2018), isto é, o processo que interpela mulheres a existirem focadas no “outro”, a pedagogia afetiva que as coloca no lugar de privilegiar as demandas de outrem em detrimento das suas. Surgiu não apenas entre as entrevistadas que eram mães, mas também entre as que eram filhas. Nesses casos, houve a fragilização ou o rompimento dos laços mãe-filhas/os (pela ausência do “amor materno”, gerada pela morte da mãe ou pelo distanciamento da mãe; pela morte do filho; pelas brigas constantes entre mãe-filhas/os).

Também foram relatadas situações de angústia quanto ao ato de maternar (relato sobre pressões familiares para engravidar e cuidar de um bebê; culpa por não conseguir cuidar dos/as filhas; “depressão pós-parto”). Foram ainda relatados os significados negativos em torno de ser “mãe solteira”, que, de algum modo, rompe com os “papéis” destinados às mulheres na família burguesa e na dinâmica mais ampla da reprodução social.

Foram relatadas ainda relações hierárquicas familiares que colocam as mulheres em lugares subordinados. Na relação entre filha e pai ou entre irmã e irmãos do sexo masculino, por exemplo, são elas: as vigiadas quanto à sua sexualidade pelos homens da casa; alvos de expectativas menores por parte dos pais quando comparadas aos irmãos do sexo masculino; as que têm seus próprios sonhos e expectativas ridicularizados e/ou infantilizados (como ter um computador e estudar).

Por fim, quanto ao contexto familiar, identificamos entre algumas entrevistadas a sobrecarga extenuante de trabalho doméstico. Elas eram as principais responsáveis pelos afazeres no lar (limpar, cozinhar, lavar, passar, etc.) e pelo cuidado com outros familiares. Algumas ainda precisavam conciliar este trabalho com um trabalho informal fora de casa. A sobrecarga física gera uma sobrecarga psíquica.

Como visto, a TRS destaca a reprodução social como esfera fundamental à sustentação do modo de produção capitalista. A capacidade biológica das mulheres das classes trabalhadoras de gerar filhos (e, portanto, novos produtores/as diretos/as e novas reprodutoras) tem relação direta com a esfera da produção (VOGEL, 2013). Não é surpresa que o sistema empreenda vários artifícios, muitos destes legitimados/desempenhados pelo Estado, para controlar todas as frações das classes trabalhadoras de modo a continuar se reproduzindo socialmente. Algo fundamental é a exaltação (com todos os “padecimentos no paraíso”) do papel materno no interior da família construída conforme os preceitos burgueses, a nuclear, que engloba o casal heterossexual e seus filhos.

O que as mulheres deste estudo – mães e esposas, sobretudo, mas também irmãs, cunhadas, avós, etc – realizam é trabalho reprodutivo sob baixo ou nenhum custo para o capital. São elas que produzem a força de trabalho para o capital, seja limpando a casa, cozinhando, educando, oferecendo cuidados psíquicos, cuidando de crianças ou adultos fora do mercado de trabalho, parindo e amamentando (BHATTACHARYA, 2019). Mas tudo isso é trabalho duro, cansativo, invisível, sem remuneração e naturalizado como amor. Por vezes é somado ao trabalho fora do lar, visto que algumas entrevistadas são as suas principais provedoras, o que aponta para uma jornada de trabalho dupla ou tripla.

Essa invisibilidade não se dá por acaso, pois a ideologia capitalista propositadamente oculta a reprodução como fundamental ao funcionamento do sistema. As mulheres das classes trabalhadoras, com a particularidade da raça para as mulheres negras, são as mais superexploradas. São elas as mais sobrecarregadas numa conjuntura neoliberal que ataca ferozmente qualquer serviço público e direitos sociais, jogando a responsabilização do cuidado para as famílias. Nessa estrutura social, dificilmente estão reservadas para elas possibilidades, sonhos, habilidades, interesses e atividades que não estejam diretamente relacionados com a sua posição social no interior da família burguesa.

3.2 A VIDA AMOROSA

O sofrimento psíquico foi atribuído por algumas entrevistadas às decepções no contexto de relações amorosas heterossexuais. Estas são mediadas por um dispositivo amoroso, que, segundo Zanello (2018), coloca o amor como fator identitário para as mulheres: ser escolhida por um homem legitima o seu valor. Identificamos a força em torno da noção de “amor romântico”, expressa em diversas situações: na frustração com a ideia do “felizes para sempre”; na ocasião de viver um “casamento arranjado”; na ideia da compulsoriedade e perenidade do casamento, em especial para mulheres de faixas etárias mais avançadas.

Houve aquelas que sofreram com a infidelidade ou a violência praticada por seus companheiros. Apesar disso, algumas não romperam o relacionamento e outras demoraram a fazê-lo. Aqui, foram identificados elementos diversos: a crença na qual o amor envolve obstáculos que devem ser superados (no caso, a traição ou a violência); a separação vista enquanto um fracasso social; mesmo na “falta de amor”, a conveniência em manter relações utilitárias/fraternais com os companheiros.

De acordo com Giddens (1992), o ideal do amor romântico surgiu pelo fim do século XVIII e ainda hoje influencia como as pessoas vivenciam suas relações amorosas. Nele, o elemento do ardor sublime tem a tendência de se destacar mais que o elemento do ardor sexual. Surge para ambos os sexos e torna a pessoa amada “especial” – mas é amplamente mais disseminado entre as mulheres, pois elas ainda são as que mais continuam a se inserir no mundo externo (fora da casa da família de origem) a partir do estabelecimento de ligações amorosas.

Mas enquanto uma construção sócio-histórica, o amor romântico é uma ideologia típica da consolidação do capitalismo e também expressa a separação entre as esferas da produção e da reprodução. Para autoras marxistas como Kollontai (2018), ele reforça o patriarcado, visto que impõe mais às mulheres os sacrifícios envolvidos para a sua manutenção. No fundo, ele reforça a família burguesa, imprescindível para a continuidade da ordem do capital, mas reprodutora de desigualdades.

3.3 POBREZA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Outra “causa” de sofrimento psíquico apontada por mulheres teve relação com a pobreza e seus diversos desdobramentos. O mais imediato é a privação material. Algumas entrevistadas chefiavam seus lares, tendo sobre si aprofundadas a responsabilidade por arcar com a sobrevivência material de seus familiares. Outras entrevistadas referiram a insegurança alimentar sempre à espreita. Outras haviam passado pela experiência de trabalho infantil durante a sua infância e adolescência, o que impactou o seu acesso à educação e ao lazer.

A pobreza também aponta para situações de desemprego ou de trabalho extremamente precarizado. Além disso, é atravessada por um prisma moral: algumas mulheres relataram o mal-estar com o preconceito sofrido por serem pobres, inclusive por parte de outras mulheres em situação socioeconômica mais favorável, ainda que também pertencentes às classes trabalhadoras. Isso sugere que vivemos numa estrutura social onde as hierarquias de classe, raça e gênero parecem não ter fim. As feminilidades são transversalizadas.

Ironicamente, as mulheres são as que geralmente mais trabalham, mas também são as mais pauperizadas. Isto porque geralmente recebem menos nos locais de trabalho na economia formal, são as que mais preenchem os trabalhos informais e ainda desempenham o trabalho não pago em suas casas. As políticas capitalistas neoliberais na contemporaneidade expressam um quadro dramático: quanto mais cortes sociais, mais penalizadas são as mulheres. Como afirma Bhattacharya (2019), políticas voltadas para atender interesses da maioria das mulheres são as mesmas que prejudicam os lucros capitalistas. Não é interesse do sistema, portanto, ceder para que mulheres acessem mais direitos, pois qualquer mudança nas relações de gênero afeta seus lucros. Sob esta lógica, as mulheres (em especial, as pobres e negras) são as mais brutalizadas. Faz parte da dinâmica da totalidade capitalista manter o seu histórico estado de exploração-dominação.

3.4 REGULAÇÃO DO CORPO FEMININO

Algumas situações apontadas pelas entrevistadas como fragilizadoras da saúde mental evidenciam a regulação do corpo feminino. Em alguns relatos, essa regulação se deu através da sua aparência, inclusive gerando vivências de *bullying* entre algumas mulheres consideradas

“gordas”, “magras” ou “feias” demais. O impacto na autoimagem é negativo. Em outros, a regulação ocorreu em torno da sexualidade feminina. A sexualidade engloba uma espécie de *script* que varia conforme questões de gênero, raça, classe. Os corpos que, por acaso, rompem com o *script* podem ser “punidos”. Aqui, mulheres negras descreveram uma série de situações que interpretamos enquanto rompimentos com uma vivência sexual dentro da totalidade capitalista: iniciar a vida sexual “muito cedo” (adolescente e/ou fora de um casamento); exercer sua sexualidade sem o estabelecimento de vínculos afetivos e/ou apenas pelo próprio prazer; engravidar e não receber o apoio do parceiro, passando a ser reconhecida como “mãe solteira”; estar na posição de “amante”. Algumas “punições” para esses rompimentos: sofrer violência, sendo esta associada com o fato de não ser vista socialmente enquanto mulher “de respeito”. Aqui, o estatuto de objeto sexual, que pesa sobre qualquer mulher, acaba se aprofundando, especialmente sobre as mulheres negras, historicamente preteridas pelo racismo, que tem como um de seus elementos o fetiche em torno dos corpos negros.

A reprodução social também abarca a esfera da sexualidade. Escolher ter ou não filhos não é uma decisão pessoal, mas determinada pelo uso que o sistema faz dos corpos femininos. Basta lembrar de medidas históricas levadas a cabo por Estados capitalistas em vários países como os casos de esterilização forçada ou controle de natalidade (BHATTACHARYA, 2019), não por acaso mais comuns entre mulheres negras e pobres.

3.5 MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS

O adoecimento/sofrimento psíquico foi perspectivado por todas as entrevistadas face a diversas violências que vivenciaram no interior de relações íntimas, perpetradas por (ex) maridos, (ex) namorados, irmãos, cunhados, pais, irmãos, professores. Todas as tipologias especificadas pela lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) foram identificadas. A violência psicológica atravessou todas as situações descritas. A violência física tinha objetivos disciplinares sobre as posturas femininas (bater quando a entrevistada desobedecia a autoridade masculina de alguma forma) e, nalguns casos, envolveu tentativas de feminicídio. A violência moral envolvia xingamentos, deboches e humilhações, inclusive em situações públicas. A violência patrimonial foi identificada em situações nas quais a mulher tinha dificuldades de satisfazer as próprias necessidades materiais/espirituais por conta da interferência do ex marido. A violência sexual

abarcou situações como o estupro na infância e adolescência; o estupro no namoro/casamento como expressão do “débito conjugal”, inclusive quando elas estavam dormindo ou sob o efeito de medicamentos psicotrópicos; diversas situações de ameaça e culpabilização da vítima.

De acordo com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), a violência reflete dinâmicas contraditórias da família e da vida pessoal na sociedade capitalista. Numa totalidade repleta de precariedade econômica e incerteza política, alguns homens sentem que suas mulheres estão “fora de controle”, seus empregos estão em risco, seus poderes de sedução e destreza sexual são questionados. A ameaça à masculinidade faz com que “explodam”. Muitas mulheres, restritas à esfera reprodutiva privada ou com capacidade reduzida no trabalho reprodutivo, ficam em situação desvantajosa, têm menos poder para sair de um relacionamento abusivo. A violência contra elas surge à primeira vista a partir das suas relações pessoais, mas também é igualmente perpetrada por agentes do capital, que é o principal beneficiário do entrelaçamento entre exploração de classe e opressão de gênero.

4 CONCLUSÃO

As experiências de mulheres com o próprio sofrimento psíquico estão alinhavadas por um fio, o das relações sociais de gênero, raça e classe numa totalidade capitalista, tal como explana a TRS. Cada experiência ilustra a relação dialética entre o universal e o singular e se manifesta de maneira particular a partir da/e na sua realidade concreta. Cada experiência aponta ainda para a presença de encontros e desencontros entre as exigências de uma ordem social burguesa e o que acontece no plano cotidiano. Na sujeição ou na resistência, cumprindo ou desviando dos mandatos sociais, de maneira deliberada ou não, essas mulheres se deparam com interações e situações que fragilizam a própria saúde.

Estudos que destacam o peso das determinações sociais da saúde mental podem contribuir para: ir além das explicações biologicistas/individualizantes da saúde mental; ir além do rótulo que é imposto às pessoas com transtornos mentais e frequentemente apaga as suas particularidades enquanto ser social; desmistificar ideias como a da vulnerabilidade biológica e/ou psicológica feminina, desnaturalizando a associação direta entre mulheres e sofrimento/doença; reforçar a importância de incluir os próprios “experientes” na elaboração de seus itinerários terapêuticos; por fim, ajudar a reconhecer que a luta por saúde mental passa

pela luta contra o capitalismo e suas múltiplas opressões. Esses elementos têm afinidade com os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira, pois valorizam o sujeito, suas relações sociais, a intersubjetividade, a experiência vivida com a doença, as determinações socioeconômicas no processo de saúde-doença.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre o gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, n. 23, p. 33-58, 2015. [Consult.. 28 03 2022]. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-genero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo/>

ARRUZZA, Cinzia.; BHATTACHARYA, Tithi.; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Outubro Revista*, n. 32, p 99-113, 2019. Consult.. 28 03 2022]. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf

BRASIL. *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERRAROTI, Franco. Sobre la autonomia del método biográfico. In: MARINAS, José Miguel; SANTAMARINA, Cristina (eds.). *La historia oral: método y experiencias*. Madrid: Debate, 1993.

FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

KOLLONTAI, Alexandra. A libertação da mulher. A família e o estado comunista. In: MARX, Karl.; ENGELS, Frederich.; LENINE, Vladimir.; KOLLONTAI, Alexandra. *Contributo para a história do feminismo*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2018.

MORAES, Lívia. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. *Plural*, 28(2), p. 132-158, 2021. [Consult.. 31 03 2022]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/184118>

RUAS, Rhayssa. Teoria da reprodução social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Direito e Práx.* 12(1), p. 380-415, 2021. [Consult.. 1 04 2022].

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/vWvRLYxpS7r4hgYqs7xNFSt/?format=pdf&lang=pt>

VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.